gndi.com.br

São Lucas Saúde S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

ANS nº 359017

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14

gndi.com.br
ANS nº 359017

Relatório da Administração

A São Lucas Saúde S.A. é uma das maiores companhias de planos de saúde do Brasil e uma das mais importantes empresas do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica, ao qual faz parte. Com sede em Americana – SP, o Grupo atua majoritariamente no sul e sudeste do país para o segmento saúde e atuação nacional para segmento de odontologia. O Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A cultura do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

Encerramos 2024, com a marca de 68.464 mil clientes, sendo 54.564 mil em planos médico hospitalares e 13.900 em planos odontológicos

Capacidade financeira

A Companhia e suas controladas finalizaram o ano de 2024 com R$ 78.168.465,46 em caixa (R$ 68.842.688,80 em 2023) sendo parte em disponível e em aplicações financeiras livres R$ 43.118.826,99 e R$ 35.049.638,47 referente a aplicações garantidoras de provisões técnicas. A Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento.

Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R$ 233.021.199,61 em 2024 (R$ 230.986.636,83 em 2023), um aumento de 0,87% em comparação ao exercício anterior.

Os custos dos serviços prestados apresentaram um aumento de 1,91% quando comparado ao exercício de 2023.

As despesas administrativas totalizaram R$ 13.127.737,22 em 2024 (R$ 7.116.301,44 em 2023), apresentando um crescimento de 45,79% em comparação com o exercício anterior.

As despesas comerciais totalizaram R$ 1.199.780,22 em 2024 (R$ 42.728,70 em 2023), apresentando um aumento de 96,44% em comparação com o exercício anterior.

O resultado financeiro totalizou R$ 10.581.516,00 em 2024 (R$ 7.474.615,37 em 2023), apresentando um aumento de 29,36% em comparação com o exercício anterior.

O lucro líquido totalizou R$ 21.878.636,99 em 2024 em comparação ao lucro líquido de R$ 24.442.291,76 em 2023

Investimentos em Sociedades Coligadas e Controladas

A Operadora não possuiu investimentos em sociedades coligadas ou controladas.

Reorganização societária

A Operadora não realizou reorganizações societária no exercício de 2024.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2024, a Operadora não possuía empréstimos e financiamentos a pagar.

ANS nº 359017

Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com o definido no contrato social da Operadora.

Declaração sobre capacidade financeira

A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores.

Declaração de não ocorrência

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no exercício de 2024, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Considerações finais

A Companhia e suas controladas e o Grupo NotreDame Intermédica do qual elas fazem parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidado dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia e suas controladas reiteram que confiam no seu modelo de negócio e estão certas de que todas as conquistas de 2024 são fruto de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas, a Administração agradece.

Administração.

ANS nº 359017

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

À
SÃO LUCAS SAÚDE S/A.
Americana – SP.
Registro ANS sob N° 34.436-2.

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da entidade **SÃO LUCAS SAÚDE S/A**., e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **SÃO LUCAS SAÚDE S/A**., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar ANS.

Base para Opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos.

As demonstrações contábeis da entidade **SÃO LUCAS SAÚDES/A**., em 31 de dezembro de 2023 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 22 de março de 2024.

Também auditamos em 31 de dezembro de 2024, as controladas SÃO LUCAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ N.º 06.144.213/0001-73 e HOSPITAL SÃO LUCAS S.A. CNPJ Nº. 43.254.267/0001-18, paras as quais emitimos relatório sem ressalva, cujos investimentos foram ajustados pelo resultado da Equivalência Patrimonial.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da **entidade** é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **entidade**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de fevereiro de 2025

JAMIR TOMAZ OLIVEIRA:72014954887
Assinado de forma digital por JAMIR TOMAZ OLIVEIRA:72014954887
Dados: 2025.02.26 14:47:40 -03'00'

AUDIOESP – Auditoria e Consultoria S.S.
CRC nº. 2SP013587/O-8
CVM nº. 7218

Jamir Tomaz Oliveira
CRC nº. 1SP100506/O-8
CNAI nº. 1300

gndi.com.br

São Lucas Saúde S.A.
Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais – R$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo					
Circulante		**99.327.722,54**	**123.300.752,89**	**120.208.540,96**	**107.099.106,53**
Disponível		22.627.902,82	1.877.229,31	23.101.703,30	4.686.175,58
Realizável		**76.699.819,72**	**121.423.523,58**	**97.106.837,66**	**102.412.930,95**
Aplicações financeiras	5	**55.066.762,16**	**64.156.513,22**	**55.066.762,16**	**64.156.513,22**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		35.049.638,47	27.237.794,51	35.049.638,47	27.237.794,51
Aplicações livres		20.017.123,69	36.918.718,71	20.017.123,69	36.918.718,71
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	**6.647.521,97**	**7.083.435,95**	**6.647.521,97**	**7.083.435,95**
Contraprestações pecuniárias a receber		5.822.455,49	6.186.771,47	5.822.455,49	6.186.771,47
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		825.066,48	893.784,48	825.066,48	893.784,48
Operadoras de planos de assistência à saúde		-	2.880,00	-	2.880,00
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora		2.883,12	-	22.930.380,00	21.595.197,38
Créditos tributários e previdenciários	7	4.519.442,88	5.342.498,32	6.433.280,64	7.018.583,95
Bens e títulos a receber	8	10.463.209,59	44.841.076,09	6.028.892,89	2.559.200,45
Não circulante		**72.773.943,71**	**32.652.694,66**	**77.336.007,26**	**66.799.249,48**
Realizável a longo prazo		**24.345.714,09**	**21.225.986,02**	**49.981.539,11**	**38.277.546,15**
Titulos e créditos a receber	9	7.975.721,34	3.180.092,15	7.989.201,09	3.193.486,85
Ativo fiscal diferido	10	5.268.733,02	6.421.691,53	5.461.052,03	6.519.937,90
Depósitos judiciais e fiscais		803.022,35	354.507,51	825.963,50	354.507,51
Outros créditos a receber a longo prazo	11	10.298.237,38	11.269.694,83	35.705.322,49	28.209.613,89
Investimentos	12	**42.412.461,95**	**4.800.423,21**	**470.671,62**	**469.015,23**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		**41.995.495,87**	**4.384.177,13**	**0,01**	**0,01**
Participações societárias em rede assistencial		41.995.495,87	4.384.177,13	0,01	0,01
Outros investimentos		416.966,08	416.246,08	470.671,61	469.015,22
Imobilizado	13	**6.015.345,43**	**6.612.480,74**	**26.747.532,54**	**27.884.522,11**
Imóveis de uso próprio		**3.862.390,51**	**4.068.127,64**	**16.213.766,64**	**16.828.106,46**
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		-	-	12.351.376,13	12.759.978,82
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		3.862.390,51	4.068.127,64	3.862.390,51	4.068.127,64
Imobilizado de uso próprio		**1.154.643,72**	**1.380.711,66**	**3.865.537,18**	**4.386.430,92**
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		-	-	2.710.893,46	3.005.719,26
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		1.154.643,72	1.380.711,66	1.154.643,72	1.380.711,66
Imobilizações em curso		27.121,32	27.121,32	5.696.924,55	5.533.335,40
Outras imobilizações		(47.763,42)	-	(47.763,42)	-
Direito de Uso de Arrendamentos		1.018.953,30	1.136.520,12	1.019.067,59	1.136.649,33
Intangível		422,24	13.804,69	136.263,99	168.165,99
Total do ativo		**172.101.666,25**	**155.953.447,55**	**197.544.548,22**	**173.898.356,01**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

gndi.com.br

São Lucas Saúde S.A.
Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais – R$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Passivo					
Circulante		**36.417.793,11**	**35.825.189,54**	**45.464.856,20**	**39.799.095,41**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	**28.765.832,25**	**30.722.504,74**	**26.796.278,06**	**27.912.584,64**
Provisão de contraprestações		**6.031.396,20**	**5.952.718,43**	**6.031.396,20**	**5.952.718,43**
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		6.031.396,20	5.952.718,43	6.031.396,20	5.952.718,43
Provisão de eventos liquidar para SUS		377.773,95	1.039.500,86	377.773,95	1.039.500,86
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		15.724.907,00	17.436.764,49	13.755.352,81	14.626.844,39
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		6.631.755,10	6.293.520,96	6.631.755,10	6.293.520,96
Débitos de operações de assistência à saúde		**619.851,80**	**859.336,64**	**619.851,80**	**859.336,64**
Receita antecipada de contraprestações / prêmios		295.789,81	216.996,80	295.789,81	216.996,80
Operadoras de planos de assistência à saúde		324.061,99	642.339,84	324.061,99	642.339,84
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		-	-	1.806.023,33	-
Provisões		**1.617.781,10**	**682.870,93**	**1.617.782,78**	**682.870,93**
Provisões para imposto de renda e contribuição social		1.617.781,10	682.870,93	1.617.782,78	682.870,93
Tributos e encargos sociais a recolher	15	1.651.335,61	1.206.750,75	2.923.810,23	2.459.744,38
Débitos diversos	16	3.762.992,35	2.353.726,48	11.701.110,00	7.884.558,82
Não circulante		**17.933.125,91**	**23.097.671,68**	**33.298.572,56**	**36.451.150,57**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	14	**19.652,80**	**357.553,52**	**19.652,80**	**357.553,52**
Provisão de eventos a liquidar para SUS		19.652,80	357.553,52	19.652,80	357.553,52
Provisões		**5.462.887,26**	**5.584.303,21**	**21.116.951,30**	**19.160.860,85**
Provisões para tributos diferidos	10	-	-	100.692,87	100.057,56
Provisões para ações judiciais	17	5.462.887,26	5.584.303,21	21.016.258,43	19.060.803,29
Débitos diversos	16	12.450.585,85	17.155.814,95	12.161.968,46	16.932.736,20
Patrimônio líquido		**117.750.747,23**	**97.030.586,33**	**118.781.119,46**	**97.648.110,03**
Capital social	18	62.833.920,00	62.833.920,00	62.833.920,00	62.833.920,00
Reservas:		**54.916.827,23**	**34.196.666,33**	**54.921.763,48**	**34.196.666,34**
Reserva legal		4.311.619,08	-	4.311.619,08	-
Reservas de lucros		50.605.208,15	34.196.666,33	50.610.144,40	34.196.666,34
Não controlador:		-	-	**1.025.435,98**	**617.523,69**
Participação de não controladrores		-	-	1.025.435,98	617.523,69
Total do passivo e do patrimônio líquido		**172.101.666,25**	**155.953.447,55**	**197.544.548,22**	**173.898.356,01**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

gndi.com.br

São Lucas Saúde S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais – R$)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Contraprestações efetiva de plano de assistência à saúde		**233.021.199,61**	**230.986.636,83**	**233.021.199,61**	**230.986.636,83**
Receitas com operações de assistência à saúde		**239.335.290,51**	**237.089.996,32**	**239.335.290,51**	**237.089.996,32**
Contraprestações líquidas	19	239.335.290,51	237.089.996,32	239.335.290,51	237.089.996,32
Variação das provisões técnicas		-	-	-	-
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde operadora		(6.314.090,90)	(6.103.359,49)	(6.314.090,90)	(6.103.359,49)
Eventos indenizáveis líquidos	**20**	**(197.483.342,30)**	**(199.425.711,17)**	**(170.127.261,15)**	**(166.881.028,99)**
Eventos sinistros conhecidos ou avisados		(197.145.108,16)	(198.845.065,36)	(169.789.027,01)	(166.300.383,18)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(338.234,14)	(580.645,81)	(338.234,14)	(580.645,81)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**35.537.857,31**	**31.560.925,66**	**62.893.938,46**	**64.105.607,84**
Outras receitas operacionais de plano de assistência à saúde		1.812.963,15	1.912.377,33	1.812.963,15	1.912.377,33
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	**21**	**10.808.467,21**	**10.050.311,13**	**55.439.583,26**	**9.510.654,95**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		10.215.742,91	10.026.311,13	9.975.384,38	9.378.575,43
Outras receitas operacionais		592.724,30	24.000,00	45.464.198,88	132.079,52
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		-	-	(5.145.711,82)	(2.210.396,61)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	**22**	**(2.874.163,39)**	**(3.711.791,96)**	**(2.876.853,31)**	**(3.880.050,38)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(2.943.975,87)	(4.907.363,87)	(2.943.975,87)	(4.907.363,87)
Provisão para perdas sobre créditos		69.812,48	1.195.571,91	67.122,56	1.027.313,49
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	23	80.597,84	(3.741.021,06)	(72.718.780,71)	(32.915.995,07)
Resultado bruto		**45.365.722,12**	**36.070.801,10**	**39.405.139,03**	**36.522.198,06**
Despesas de comercialização		(1.199.780,22)	(42.728,70)	(1.199.780,22)	(42.728,70)
Despesas administrativas	24	(12.890.075,51)	(7.143.483,10)	(13.127.737,22)	(7.116.301,44)
Resultado financeiro líquido		**9.706.077,72**	**7.105.971,57**	**10.581.516,00**	**7.474.615,37**
Receitas financeiras	25	10.898.567,84	8.030.657,64	11.921.096,96	8.515.961,54
Despesas financeiras	25	(1.192.490,12)	(924.686,07)	(1.339.580,96)	(1.041.346,17)
Resultado patrimonial		**(5.428.286,22)**	**3.697.712,54**	**50.268,58**	**(2.160,18)**
Receitas patrimoniais	26	4.519.158,66	5.933.676,41	-	-
Despesas patrimoniais	26	(9.947.444,88)	(2.235.963,87)	50.268,58	(2.160,18)
Resultado antes dos impostos e participações		**35.553.657,89**	**39.688.273,41**	**35.709.406,17**	**36.835.623,11**
Imposto de renda		(9.389.727,64)	(6.291.161,42)	(9.384.121,77)	(6.230.019,01)
Contribuição social		(3.388.941,95)	(2.273.458,11)	(3.386.901,41)	(2.255.670,38)
Impostos diferidos		(1.152.958,51)	(3.495.167,88)	(1.059.746,00)	(3.907.641,96)
Resultado líquido do período		**21.622.029,79**	**27.628.486,00**	**21.878.636,99**	**24.442.291,76**
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		21.622.029,79	27.628.486,00	21.622.024,62	23.894.138,15
Não controladores		-	-	256.612,37	548.153,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

gndi.com.br

São Lucas Saúde S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais – R$)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Resultado líquido do exercício	21.622.029,79	27.628.486,00	21.878.636,99	24.442.291,76
Resultado abrangente do exercício	**21.622.029,79**	**27.628.486,00**	**21.878.636,99**	**24.442.291,76**
Atribuível aos acionistas:				
Controladores	21.622.029,79	27.628.486,00	21.622.024,62	23.894.138,15
Não controladores	-	-	256.612,37	548.153,61

ANS nº 359017

gndi.com.br

São Lucas Saúde S.A.
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais – R$)

			Reservas de Lucros					
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Lucros a realizar	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**62.833.920,00**	**(2.000,00)**	**1.849.093,59**	**8.177.262,74**	**(1.936.024,00)**	**70.922.252,33**		**70.922.252,00**
Integralização não recebida	-	2.000,00			-	**2.000,00**	-	**2.000,00**
Transferência do Prejuízo Liquido para Reservas de Lucros	-			(1.936.024,00)	1.936.024,00	-	-	-
Transferência para Reservas Estatutária 5% - Lucro Exercicio 2023	-		1.381.424,00	-	(1.381.424,00)	-	-	-
Reservas Legais	-			24.724.910,00	(24.724.910,00)	-	-	-
Efeitos da mudança de critérios contábeis	-			-	(1.522.152,00)	**(1.522.152,00)**	-	**(1.522.152,00)**
Resultado do exercicio	-			-	27.628.486,00	**27.628.486,00**	-	**27.628.486,00**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	617.524,00	**617.524,00**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**62.833.920,00**	-	**3.230.517,59**	**30.966.148,74**	**(0,00)**	**97.030.586,33**	**617.524,00**	**97.648.110,00**
Resultado do exercicio	-	-	-	20.380.799,15	21.622.029,79	**42.002.828,94**	-	**42.002.828,94**
Alteração na participação societária de empresas controladas	-	-	-	-	(160.129,15)	**(160.129,15)**	-	**(160.129,15)**
Reversão dividendos não distribuidos	-	-	-	1.312.353,09	-	**1.312.353,09**	-	**1.312.353,09**
Proposta de destinação do lucro:								
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.054.092,83)	-	**(2.054.092,83)**	-	**(2.054.092,83)**
Constituição de reserva legal	-	-	1.081.101,49	-	(1.081.101,49)	-	-	-
Reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	(20.380.799,15)	**(20.380.799,15)**	-	**(20.380.799,15)**
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	412.848,56	**412.848,56**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**62.833.920,00**	-	**4.311.619,08**	**50.605.208,15**	**(0,00)**	**117.750.747,23**	**1.030.372,56**	**118.781.119,46**

gndi.com.br

São Lucas Saúde S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais – R$)

	Controladora	
	2024	**2023**
Atividades operacionais		
Recebimento de plano de saúde	261.892.343,64	261.358.524,00
Resgate de aplicações financeiras	104.186.815,00	124.828.746,00
Outros recebimentos operacionais	1.508.157,54	988.907,00
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(208.046.153,17)	(208.089.529,00)
Pagamento de comissões	-	(42.729,00)
Pagamento de pessoal	(2.866.471,61)	(4.548.719,00)
Pagamento de serviços de terceiros	(2.615.747,63)	(3.264.969,00)
Pagamento de tributos	(14.973.138,52)	(11.361.883,00)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(2.357.611,36)	(2.605.103,00)
Pagamento de aluguel	(339.341,75)	(341.386,00)
Pagamento de promoção/publicidade	(196.957,56)	(239.924,00)
Aplicações financeiras	(93.426.270,19)	(136.732.189,00)
Outros pagamentos operacionais	(22.007.382,88)	(27.438.413,69)
Caixa líquido das atividades operacionais	**20.758.241,51**	**(7.488.668,00)**
Atividades de investimentos		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado – outros	(6.848,00)	(4.175,00)
Outros pagamentos das atividades de investimentos	(720,00)	(720,00)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(7.568,00)**	**(4.895,00)**
Atividades de financiamentos		
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**-**	**-**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**20.750.673,51**	**(7.493.562,69)**
Caixa - saldo inicial	**1.877.229,31**	**9.370.792,00**
Caixa – saldo final	**22.627.902,82**	**1.877.229,31**
Ativos livres no início do exercício	**38.795.948,02**	**18.453.848,00**
Ativos livres no final do exercício	**42.645.026,51**	**38.795.948,02**
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras – recursos livres	**3.849.078,49**	**20.342.100,02**

ANS nº 359017

1. Contexto operacional

A **São Lucas Saúde S.A.** ("Companhia" ou "Operadora"), constituída na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil e com sede em Americana, na Avenida Brasil, nº 1.530 – Santo Antônio, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia foi constituída em 05 de setembro de 1994 e tem como objeto social: (a) a prestação continuada de serviços na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º, da Lei 9.656, de 3 de setembro de 1998; (b) a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar, e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios; e (c) participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades.

A Companhia é controladora direta e indireta de entidades de capital fechado, reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde (ANS) e têm por objeto social a prestação de serviços hospitalares nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios e atividades afins, conexas e correlatas.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Sócios	Quantidade de Ações	(%) Participação
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	4.188.928	100,00%
	4.188.928	100,00%

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 26 de fevereiro de 2025.

2. Outros assuntos

2.1 Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia e suas controladas trabalham para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.

O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2024, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Não houve qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

3. Entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.:

ANS nº 359017

	Principal atividade	Data de aquisição	Participação acionária 31 de dezembro de 2024 Direta	2024 Indireta	2023 Direta	2023 Indireta
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	23.01.2020	0,01%	-	0,01%	-
Hospital São Lucas S.A.	Saúde	23.01.2020	97,47%	-	86,97%	-

4. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

4.1 Declaração de conformidade

(a) Demonstrações individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa – RN no 528, de 29 de abril de 2022.

A Administração considera que a Companhia e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.3.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas

ANS nº 359017

transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e estão em conformidade com a Resolução Normativa RN no 528/2022. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 06** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

- **Nota explicativa nº 10** – Imposto de renda e contribuição social diferidos. Realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.

- **Nota explicativa nº 14** – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos.

- **Nota explicativa nº 17** – Provisões para ações judiciais. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no detalhamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de maneira continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 06** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

- **Nota explicativa nº 10** – Imposto de renda e contribuição social. Realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

gndi.com.br
ANS nº 359017

- **Nota explicativa nº 13** – Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.

- **Nota explicativa nº 14** – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro.

- **Nota explicativa nº 17** – Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

(c) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2**: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3**: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos;
- Aplicações financeiras; e
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio.

ANS nº 359017

4.5 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, saldo indicação contrária.

4.5.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder de exercício em relação à investida.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem todas as controladas diretas e indiretas da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa 3.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar a participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações em intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.5.2. Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a

gndi.com.br
ANS nº 359017

Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes e a Resolução Normativa RN nº 528/2022.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 14, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com a política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

(iii) Receitas de contraprestações

Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro rata* dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

(iv) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

4.5.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.

gndi.com.br
ANS nº 359017

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.5.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

gndi.com.br
ANS nº 359017

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.5.5. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

ANS nº 359017

4.5.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	Vida útil (anos)
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 13 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.5.7. Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

gndi.com.br
ANS nº 359017

4.5.8. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (“ORA”). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para

gndi.com.br
ANS nº 359017

ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

ANS nº 359017

Instrumentos patrimoniais aVJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

gndi.com.br
ANS nº 359017

4.5.9. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões.

Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, eles funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes a Companhia e suas controladas, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas.

A Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo *Chief Operating Decision Maker* (CODM). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Companhia e suas controladas são derivadas de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil. Os resultados não flutuam com base na sazonalidade.

4.5.10. Disponível

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidados, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas.

4.5.11. Perda de recuperabilidade sobre créditos

A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa – RN 528/22.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde, é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

4.5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os

gndi.com.br
ANS nº 359017

fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4.5.13. Investimentos – controladas

A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

4.5.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

gndi.com.br
ANS nº 359017

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

4.5.15. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para ações judiciais

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) *Contratos onerosos*

Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- No custo de cumprir o contrato; ou
- No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

ANS nº 359017

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) *Provisões técnicas de operações de assistência à saúde*

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

a) *Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 472/2021)*: é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

b) *Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde)*: é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.

c) *Provisão para eventos a liquidar*: é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

d) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 476/2021)*: é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

e) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS)*: é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22.

f) *Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 393/2015)*: é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

g) Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN 442/2018)): para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 393, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os

ANS nº 359017

contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial.

4.5.16. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo diferido de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são arrendatárias de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, a Companhia e suas controladas alteram sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão, há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de

ANS nº 359017

arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.5.17. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- A data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
- A data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas controladas.

4.5.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

4.5.19. Teste de adequação de passivos (TAP)

A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

gndi.com.br
ANS nº 359017

O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão.

O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

4.6 Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS.

CPC 50 – Contratos de seguros

Com a emissão do CPC 50, em substituição ao CPC 11 – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na “verticalização” de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.

Esta norma é vigente a partir 1º de janeiro de 2023 e a data de transição 1º de janeiro de 2022, sendo que os efeitos de transição impactam diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

.

ANS nº 359017

5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

			Controladora e Consolidado	
			31 de dezembro de	
	Remuneração média mensal	Vencimento	2024	2023
Títulos públicos (i)				
Letra Financeira do Tesouro (LFT) (iv)	-	-	-	271.122,80
Subtotal – Títulos públicos			**-**	**271.122,80**
Fundos de investimentos (iii)				
Renda fixa – ativos garantidores	118,95% do CDI	Sem vencimento	35.049.638,47	27.237.794,51
Renda fixa – exclusivos	114,12% do CDI	Sem vencimento	20.017.123,69	36.647.595,91
Subtotal – Fundos de investimentos			**55.066.762,16**	**63.885.390,42**
Total			**55.066.762,16**	**64.156.513,22**
Circulante			**55.066.762,16**	**64.156.513,22**
Não circulante			**-**	**-**

(i) Os fundos são administrados pelo Banco Itaú, Banco Santander (Brasil) S.A. e XP Investimentos. Saldo decorrente de operação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), que tem por objetivo apoiar no capital de giro dos fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, através da antecipação dos seus recebíveis com as empresas do Grupo.

(ii) As Letras Financeiras do Tesouro (LTF) que tinham vencimento em setembro de 2025, foram antecipadas e liquidadas no primeiro trimestre de 2024.

a) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	**64.156.513,22**	**38.553.503,43**
Aplicações	30.946.000,00	127.272.779,38
Resgates	(46.387.888,08)	(107.930.057,77)
Resultado financeiro	6.352.137,02	6.301.353,86
Despesa com variação cambial	-	(41.065,68)
Saldo no final do exercício	**55.066.762,16**	**64.156.513,22**

b) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo de contas a receber de clientes refere-se às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerado pelas operações da Companha e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Contraprestação pecuniárias a receber - individual	1.971.514,00	2.690.183,99
Contraprestação pecuniárias a receber - coletivo	4.316.002,00	4.035.049,66
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis – individual	584.242,00	661.465,28
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis – coletivo	281.420,00	284.442,82
Subtotal	**7.153.178,00**	**7.671.141,75**
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(505.656,00)	(587.705,80)
Total	**6.647.522,00**	**7.083.435,95**

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

(i) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de					
	2024			2023		
	Saldo	Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	Saldo líquido	Saldo	Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	Saldo líquido
A vencer:						
De 1 a 30 dias	4.676.149,08	(4.202,00)	4.671.947,08	4.554.435,79	(7.859,53)	4.546.576,26
Acima de 30 dias	71.621,51	-	71.621,51	84.282,83	(95,66)	84.187,17
Subtotal	**4.747.770,59**	**(4.202,00)**	**4.743.568,59**	**4.638.718,62**	**(7.955,19)**	**4.630.763,43**
Vencidos:						
De 1 a 30 dias	1.618.707,62	(63.698,30)	1.555.009,32	2.160.956,78	(72.927,10)	2.088.029,68
De 31 a 90 dias	483.696,21	(137.865,77)	345.830,44	583.057,35	(218.414,51)	364.642,84
Acima de 90 dias	303.003,19	(299.889,19)	3.114,00	288.409,00	(288.409,00)	-
Subtotal	**2.405.407,02**	**(501.453,26)**	**1.903.953,76**	**3.032.423,13**	**(579.750,61)**	**2.452.672,52**
Total	**7.153.177,61**	**(505.655,26)**	**6.647.522,35**	**7.671.141,75**	**(587.705,80)**	**7.083.435,95**

A movimentação do contas a receber é como segue:

(i) Movimentação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	**7.083.436,44**	**7.319.458,00**
Contraprestações líquidas	249.063.046,77	246.522.226,22
Recebimentos	(247.548.349,75)	(244.251.619,00)
Constituição de perda de recuperabilidade s/ créditos	69.812,48	1.195.571,91
Perda efetiva com créditos	(2.020.423,45)	(3.702.200,69)
Saldo no final do exercício	**6.647.522,49**	**7.083.436,44**

ANS nº 359017

Movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	**(587.705,80)**	**(1.783.277,71)**
Constituições	(342.588,00)	(1.001.515,97)
Reversões	412.370,00	2.197.087,88
Perda efetiva com créditos	12.268,00	-
Saldo no final do exercício	**(505.655,80)**	**(587.705,80)**

7. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda (i)	3.361.227,45	3.866.746,33	4.784.145,69	5.003.034,32
Contribuição social sobre o lucro (i)	1.118.053,53	807.012,93	1.608.572,50	1.346.404,54
Imposto de renda retido na fonte	40.161,90	668.739,16	40.161,90	668.744,06
Crédito de PIS e COFINS	-	-	400,55	401,23
Total	**4.519.442,88**	**5.342.498,42**	**6.433.280,64**	**7.018.584,15**

(i) A Companhia adota como procedimento o recolhimento mensal antecipado do valor devido do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, e efetua o ajuste anual dos valores devidos no encerramento do exercício, quando realizará o encontro de contas dos impostos antecipados com os impostos a recolher.

8. Bens e títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Estoques (a)	962.240,32	898.191,74	2.120.859,69	1.835.045,78
Adiantamento a funcionários	29.828,63	17.770,82	35.188,61	39.187,38
Adiantamento a fornecedores	9.102.848,99	43.250.000,00	3.502.848,99	8.160,08
Outros títulos a receber	368.291,16	675.113,53	369.995,60	676.807,22
Total	**10.463.209,10**	**44.841.076,09**	**6.028.892,89**	**2.559.200,46**

(a) Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Medicamentos	962.240,32	898.191,74	2.120.859,69	1.835.045,78
Total	**962.240,32**	**898.191,74**	**2.120.859,69**	**1.835.045,78**

9. Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Bloqueio judicial	7.960.812,35	3.180.092,15	7.974.292,10	3.193.486,85
Outros títulos	14.908,99	-	14.908,99	-
Total	**7.975.721,34**	**3.180.092,15**	**7.989.201,09**	**3.193.486,85**
Circulante	**-**	**-**	**-**	**-**
Não circulante	**7.975.721,34**	**3.180.092,15**	**7.989.201,09**	**3.193.486,85**

ANS nº 359017

10. Ativo fiscal diferido

				Controladora	
	31 de dezembro de 2022	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2023	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2024
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Provisões para ações judiciais	1.892.340,83	(1.521.403,82)	370.937,01	409.718,95	780.655,96
Perda de recuperabilidade sobre créditos	606.314,42	(406.494,45)	199.819,97	(23.736,24)	176.083,73
Provisão de eventos do SUS	327.929,33	(252.653,28)	75.276,05	(7.541,34)	67.734,71
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2)	84.085,91	14.014,57	98.100,48	(11.303,88)	86.796,60
Provisão infrações ANS	772.207,73	(764.863,73)	7.344,00	(7.344,00)	-
Outras adições/(exclusões)	6.233.981,20	(563.767,19)	5.670.214,01	(1.512.751,99)	4.157.462,02
Imposto diferido ativo	**9.916.859,42**	**(3.495.167,89)**	**6.421.691,53**	**(1.152.958,51)**	**5.268.733,02**
Total do imposto diferido líquido	**9.916.859,42**	**(3.495.167,89)**	**6.421.691,53**	**(1.152.958,51)**	**5.268.733,02**

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2022	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2023	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2024
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Provisões para ações judiciais	1.685.594,60	(1.276.966,80)	408.627,80	432.685,75	841.313,55
Perda de recuperabilidade sobre créditos	1.233.673,82	(417.175,43)	816.498,39	(20.910,69)	795.587,70
Provisão de eventos do SUS	327.929,33	(252.653,28)	75.276,05	(7.541,34)	67.734,71
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2)	171.575,18	(73.464,23)	98.110,95	(11.303,88)	86.807,07
Provisão infrações ANS	772.207,73	(764.863,73)	7.344,00	(7.344,00)	-
Outras adições/(exclusões)	6.235.812,65	(1.121.731,95)	5.114.080,70	(1.444.471,83)	3.669.608,87
Imposto diferido ativo	**10.426.793,31**	**(3.906.855,42)**	**6.519.937,89**	**(1.058.885,99)**	**5.461.051,90**
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Outros	100.844,16	(787,00)	100.057,16	636,00	100.693,16
Imposto diferido passivo	**100.844,16**	**(787,00)**	**100.057,16**	**636,00**	**100.693,16**
Total do imposto diferido líquido	**10.527.637,47**	**(3.907.642,42)**	**6.619.995,05**	**(1.058.249,99)**	**5.561.745,06**

11. Outros créditos a receber de longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Ativos indenizatórios	9.651.737,08	10.364.594,41	35.058.822,19	27.304.513,47
Outros créditos	646.500,30	905.100,42	646.500,30	905.100,42
	10.298.237,38	**11.269.694,83**	**35.705.322,49**	**28.209.613,89**
Circulante	**-**	**-**	**-**	**-**
Não circulante	**10.298.237,38**	**11.269.694,83**	**35.705.322,49**	**28.209.613,89**

12. Investimentos

a) Composição – investimento em controladas

	Controladora	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	16,00	11,00
Hospital São Lucas S.A.	41.995.480,33	4.384.166,00
Subtotal	**41.995.496,33**	**4.384.177,00**
Outros investimentos	416.966,00	416.246,00
Total	**42.412.462,33**	4.800.423,00

b) Movimentação do investimento

Participações societárias em rede assistencial

	São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Hospital São Lucas S.A.	Outros Investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**194.321,00**	**699.782,00**	**417.686,00**	**1.311.789,00**
Cotas de capital Unicred	-	-	(1.440,00)	(1.440)
Alteração na participação societária de controladas	(204.717,00)	(5.081,00)	-	(209.798,00)
	(10.396,00)	**694.701,00**	**416.246,00**	**1.100.551,00**
Equivalência patrimonial do período	**10.407,00**	**3.689.465,00**	**-**	**3.699.872,00**
Equivalência patrimonial	10.407,00	3.689.465,00	-	3.699.872,00
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**11,00**	**4.384.166,00**	**416.246,00**	**4.800.423,00**
Aumento de capital	-	43.250.000,00	-	43.250.000,00
Cotas de capital Unicred	-	-	720,00	720,00
Alteração na participação societária de controladas	-	(160.129,15)	-	(160.129,15)
	11,00	**47.474.036,85**	**416.966,00**	**47.891.013,85**
Equivalência patrimonial do exercício	**5,00**	**(5.478.556,82)**	**-**	**(5.478.551,82)**
Equivalência patrimonial	5,00	(5.478.556,82)	-	(5.478.551,82)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**16,00**	**41.995.480,03**	**416.966,00**	**42.412.462,03**

c) O sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas estão apresentadas a seguir:

					31 de dezembro de 2024
Controladas	**Partic. Societária**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio Líquido**	**Resultado do período**
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	0,01%	1.889.433,51	1.734.160,29	155.273,22	51.965,93
Hospital São Lucas S.A.	97,47%	64.403.551,09	32.034.879,58	32.368.671,51	(5.205.465,27)

13. Imobilizado

a) Composição

				Controladora	
				Saldo Líquido	
				31 de dezembro de	
	Taxa média anual de depreciação	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**2024**	**2023**
Não Hospitalares/Odontológicos					
Imóveis	1,67%	5.104.522,45	(1.242.131,94)	3.862.390,51	4.068.127,64
		5.104.522,45	**(1.242.131,94)**	**3.862.390,51**	**4.068.127,64**
		5.104.522,45	**(1.242.131,94)**	**3.862.390,51**	**4.068.127,64**
Não *Hospitalares/Odontológicos*					
Equipamentos de informática	6,67%	957.799,35	(910.795,45)	47.003,90	82.534,53
Instalações	10,00%	43.600,00	(25.954,64)	17.645,36	17.991,20
Máquinas e equipamentos	3,57%	3.036.591,29	(2.082.709,57)	953.881,72	1.122.622,01
Móveis e utensílios	10,00%	344.340,71	(208.227,97)	136.112,74	157.563,90
		4.382.331,35	**(3.227.687,63)**	**1.154.643,72**	**1.380.711,64**
		4.382.331,35	**(3.227.687,63)**	**1.154.643,72**	**1.380.711,64**
Imobilizações em curso					
Imobilizado em andamento	-	27.121,32	-	27.121,32	27.121,32
		27.121,32	**-**	**27.121,32**	**27.121,32**
Outras imobilizações					
Imobilizado em andamento	-	-	(47.763,42)	(47.763,42)	-
		-	**(47.763,42)**	**(47.763,42)**	**-**
Direito de uso de arrendamento					
Direito de uso de arrendamento	8,60%	1.996.444,00	(977.490,70)	1.018.953,30	1.136.520,12
		1.996.444,00	**(977.490,70)**	**1.018.953,30**	**1.136.520,12**
Total		**11.510.419,12**	**(5.495.073,69)**	**6.015.345,43**	**6.612.480,72**

ANS nº 359017

		Consolidado			
				Saldo Líquido	
				31 de dezembro de	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2024	2023
Imóveis de uso próprio					
Hospitalares/Odontológicos					
Imóveis	1,67%	11.062.985,20	(4.540.833,55)	6.522.151,65	6.967.533,62
Terrenos	-	5.829.224,48	-	5.829.224,48	5.792.445,19
		16.892.209,68	**(4.540.833,55)**	**12.351.376,13**	**12.759.978,81**
Não Hospitalares/Odontológicos					
Imóveis	1,67%	5.104.522,45	(1.242.131,94)	3.862.390,51	4.068.127,64
Terrenos	-	-	-	-	-
		5.104.522,45	**(1.242.131,94)**	**3.862.390,51**	**4.068.127,64**
		21.996.732,13	**(5.782.965,49)**	**16.213.766,64**	**16.828.106,45**
Imobilizado de uso próprio					
Hospitalares/Odontológicos					
Equipamentos de informática	6,67%	1.299.417,46	(811.361,22)	488.056,24	830.313,59
Instalações	10,00%	-	-	-	
Máquinas e equipamentos	3,57%	1.886.924,20	(699.690,24)	1.187.233,96	1.046.698,04
Móveis e utensílios	10,00%	1.630.090,12	(594.486,86)	1.035.603,26	1.128.707,66
		4.816.431,78	**(2.105.538,32)**	**2.710.893,46**	**3.005.719,29**
Não *Hospitalares/Odontológicos*					
Equipamentos de informática	6,67%	957.799,35	(910.795,45)	47.003,90	82.534,53
Instalações	10,00%	43.600,00	(25.954,64)	17.645,36	17.991,20
Máquinas e equipamentos	3,57%	3.036.591,29	(2.082.709,57)	953.881,72	1.122.622,01
Móveis e utensílios	10,00%	344.340,71	(208.227,97)	136.112,74	157.563,90
		4.382.331,35	**(3.227.687,63)**	**1.154.643,72**	**1.380.711,64**
		9.198.763,13	**(5.333.225,95)**	**3.865.537,18**	**4.386.430,93**
Imobilizações em curso					
Imobilizado em andamento	-	5.696.924,55	-	5.696.924,55	5.533.335,40
		5.696.924,55	-	**5.696.924,55**	**5.533.335,40**
Outras imobilizações					
Imobilizado em andamento	-	-	(47.763,42)	(47.763,42)	-
		-	**(47.763,42)**	**(47.763,42)**	-
Direito de uso de arrendamento					
Direito de uso de arrendamento	8,60%	1.996.677,67	(977.610,08)	1.019.067,59	1.136.649,33
		1.996.677,67	**(977.610,08)**	**1.019.067,59**	**1.136.649,33**
Total		**38.889.097,48**	**(12.141.564,94)**	**26.747.532,54**	**27.884.522,11**

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos ("*impairment*"). Em 31 de dezembro de 2024 não havia indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

14. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) (a)	6.031.396,20	5.952.718,43	6.031.396,20	5.952.718,43
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	15.724.907,00	17.436.764,49	13.755.352,81	14.626.844,39
Provisão de eventos a liquidar para SUS (c)	397.426,75	1.397.054,86	397.426,75	1.397.054,86
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (d)	6.631.755,10	6.293.520,96	6.631.755,10	6.293.520,96
	28.785.485,05	**31.080.058,74**	**26.815.930,86**	**28.270.138,64**
Circulante	**28.765.832,25**	**30.722.504,74**	**26.796.278,06**	**27.912.584,64**
Não circulante	**19.652,80**	**357.553,52**	**19.652,80**	**357.553,52**

(a) A PPCNG caracteriza-se pelo registro contábil do valor cobrado pelas Companhias e suas controladas para cobertura de risco contratual proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do período de cobertura mensal para apropriação como receita somente no período subsequente, quando a vigência for efetivamente incorrida.

(b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos e avisados à Companhia e suas controladas, registrados contabilmente e ainda não pagos. O registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Companhia e suas controladas, sendo posteriormente ajustado por glosas e descontos após análise dos colaboradores da Companhia e suas controladas (médicos auditores).

(c) A Companhia e suas controladas registram nesta rubrica eventos referentes a ressarcimentos de despesas médicas aos SUS de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 25 da ANS, de 29 de abril de 2022.

(d) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA/PEONA-SUS) é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.

(e) Provisão para insuficiência de contraprestação (PIC) objetiva apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer.

(f) Provisão para remissão consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

Movimentação das provisões técnicas

	Controladora				
	PPCNG	Eventos a liquidar	Provisão de eventos a liquidar SUS	PEONA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.800.571,34**	**16.010.646,01**	**1.184.892,82**	**5.712.875,15**	**28.708.985,32**
Constituições	152.146,66	210.704.538,26	693.899,58	580.645,81	212.131.230,31
Atualizações monetárias	-	-	22.102,34	-	22.102,34
Pagamentos	-	(209.278.420,27)	(503.839,63)	-	(209.782.259,90)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.952.718,00**	**17.436.764,00**	**1.397.055,11**	**6.293.520,96**	**31.080.058,07**
Constituições	78.677,77	206.645.469,48	193.749,54	338.234,00	207.256.130,79
Reversões/apropriações	-	-	(32.026,61)	-	(32.026,61)
Atualizações monetárias	-	-	162.540,58	-	162.540,58
Pagamentos	-	(208.357.326,48)	(1.323.891,87)	-	(209.681.218,35)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**6.031.395,77**	**15.724.907,00**	**397.426,75**	**6.631.754,96**	**28.785.484,48**

	Consolidado				
	PPCNG	Eventos a liquidar	Provisão de eventos a liquidar SUS	PEONA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.800.571,34**	**12.929.112,33**	**1.184.892,82**	**5.712.875,15**	**25.627.451,64**
Constituições	152.146,66	210.976.152,26	693.899,58	580.645,81	212.402.844,31
Atualizações monetárias	-	-	22.102,34	-	22.102,34
Pagamentos	-	(209.278.420,27)	(503.839,63)	-	(209.782.259,90)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.952.718,00**	**14.626.844,32**	**1.397.055,11**	**6.293.520,96**	**28.270.138,39**
Constituições	78.677,77	179.289.388,58	193.749,54	338.234,00	179.900.049,89
Reversões/apropriações	-	-	(32.026,61)	-	(32.026,61)
Atualizações monetárias	-	-	162.540,58	-	162.540,58
Pagamentos	-	(180.160.880,09)	(1.323.891,87)	-	(181.484.771,96)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**6.031.395,77**	**13.755.352,81**	**397.426,75**	**6.631.754,96**	**26.815.930,29**

15. Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Imposto sobre serviços (ISS)	720.111,57	334.399,39	836.746,96	504.240,65
Contribuição previdenciária	103.649,50	101.113,47	580.914,85	494.240,50
FGTS	32.087,43	31.347,13	196.038,00	168.077,53
PIS e COFINS	292.806,39	201.171,99	449.925,60	406.425,87
Contribuições sindicais e assistenciais	2.787,22	2.020,20	33.475,20	22.747,51
Impostos devidos a recolher	**1.151.442,11**	**670.052,18**	**2.097.100,61**	**1.595.732,06**
Imposto de renda - funcionários	36.525,45	23.244,90	240.648,85	192.226,65
Imposto de renda - terceiros	110.262,51	123.747,06	135.092,44	146.434,54
Imposto sobre serviços	886,89	660,63	2.254,18	9.784,99
Contribuição previdenciária retida	6.043,59	6.855,73	10.450,42	38.898,43
Retenção PIS/COFINS/CSLL	346.175,06	382.190,25	438.263,73	476.667,72
Impostos retidos a recolher	**499.893,50**	**536.698,57**	**826.709,62**	**864.012,33**
	1.651.335,61	**1.206.750,75**	**2.923.810,23**	**2.459.744,39**
Circulante	**1.651.335,61**	**1.206.750,75**	**2.923.810,23**	**2.459.744,38**
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

16. Débitos diversos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Obrigações trabalhistas	679.184,80	643.948,25	4.840.593,83	4.294.632,64
Fornecedores	481.177,78	186.156,25	677.387,41	1.798.466,99
Plano de saúde vitalício	11.698.447,13	15.904.570,30	11.698.447,13	15.904.570,30
Recebimento antecipado de cliente	-	-	3.156.724,06	-
Débitos diversos	7.214,44	37.462,60	7.214,77	82.081,52
Dividendos a pagar	2.054.092,83	1.312.353,09	2.049.156,07	1.312.353,09
Passivo de arrendamento (b)	1.226.473,98	1.425.050,94	1.226.617,90	1.425.190,47
Outros	66.987,24	-	206.936,78	-
	16.213.578,20	**19.509.541,43**	**23.863.077,96**	**24.817.295,01**
Circulante	**3.762.992,35**	**2.353.726,48**	**11.701.110,00**	**7.884.558,82**
Não Circulante	**12.450.585,85**	**17.155.814,95**	**12.161.968,45**	**16.932.736,18**

17. Provisões para ações judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

Para as contingências consideradas com provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentados como segue:

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Tributárias (inclui ANS)	-	2.247.019,17	-	2.247.019,17
Trabalhistas	340.699,07	54.263,30	1.462.490,58	606.663,72
Cíveis	5.122.188,19	3.283.020,74	19.553.767,84	16.207.120,40
	5.462.887,26	**5.584.303,21**	**21.016.258,42**	**16.207.120,40**

(b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias (Inclui ANS)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**47.017,31**	**-**	**10.427.272,54**	**10.474.289,85**
Provisão/(Reversão)	88.765,35	77.228,05	(6.000.265,09)	(5.834.271,69)
Pagamentos	(154.765,35)	(24.134,21)	47.158,28	(131.741,28)
Atualização monetária	(5.197,34)	1.169,46	1.080.054,21	1.076.026,33
Transferência (i)	2.271.199,20	-	(2.271.199,20)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.247.019,17**	**54.263,30**	**3.283.020,74**	**5.584.303,21**
Provisão/(Reversão)	129.178,56	61.190,78	126.844,37	317.213,71
Pagamentos	(150.778,56)	(5.000,00)	778.387,41	622.608,85
Compensação	(2.225.419,17)	226.583,72	693.963,73	(1.304.871,72)
Atualização monetária	-	3.661,27	239.971,94	243.633,21
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**340.699,07**	**5.122.188,19**	**5.462.887,26**

	Consolidado			
	Tributárias (Inclui ANS)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**47.017,31**	**141.391,25**	**1.462.490,63**	**17.642.181,69**
Provisão/(Reversão)	88.765,35	674.640,35	(2.404.044,96)	(1.640.639,26)
Pagamentos	(154.765,35)	(255.683,26)	920.313,80	509.865,19
Atualização monetária	(5.197,34)	46.314,91	2.508.278,19	2.549.395,76
Transferência (i)	2.271.199,20	-	(2.271.199,20)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.247.019,17**	**606.663,25**	**16.207.120,96**	**19.060.803,38**
Provisão/(Reversão)	129.178,56	288.197,99	208.905,37	626.281,92
Pagamentos	(150.778,56)	(172.204,28)	778.387,41	455.404,57
Compensação	(2.225.419,17)	725.408,92	2.118.890,80	618.880,55
Atualização monetária	-	14.424,75	240.462,95	254.887,70
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**1.462.490,63**	**19.553.767,49**	**21.016.258,12**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram outras ações de naturezas regulatórias, cíveis, trabalhistas e tributárias que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Tributárias (inclui ANS)	1.979.750,91	3.119.198,66
Trabalhistas	5.868.416,98	5.707.753,46
Cíveis	18.975.159,75	15.904.684,49
	26.823.327,64	**24.731.636,62**

Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais mantidos no ativo nos seguintes montantes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Tributárias (inclui ANS)	1.118,16	-
Cíveis	824.845,34	76.024,26
Depósitos judiciais – SUS	-	278.483,25
	825.963,50	**354.507,51**

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Depósitos judiciais - SUS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições/(baixas)	-	76.024,26	278.483,25	354.507,51
Atualizações	-	-	-	-
Transferências (i)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**76.024,26**	**278.483,25**	**354.507,51**
Adições/(baixas)	-	716.332,74	(278.483,25)	437.849,49
Atualizações	1.118,16	32.488,34	-	33.606,50
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.118,16**	**824.845,34**	**-**	**825.963,50**

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R$ 62.833.920,00 (R$ 62.833.920,00 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado, representado por 4.188.928 ações ordinárias, sem valor nominal (4.188.928 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023).

b) Reserva de lucros

Corresponde à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final do exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de reserva de lucros era de R$ 50.605.208,15 (R$ 30.966.148,74 em 31 de dezembro de 2023).

c) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

No final do exercício é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 10% do lucro líquido do exercício conforme estatuto social da Companhia. A Companhia distribuiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 2.054.092,83 a título de dividendos.

d) Patrimônio líquido ajustado e capital baseado em risco

A Companhia é uma operadora de plano de saúde e odontológico regulada pela ANS, que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos.

A ANS estabelece critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 526/2022.

a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.

b) Capital baseado em riscos (CBR) define o montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela

ANS nº 359017

ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

c) Capital regulatório (CR) é o limite mínimo de patrimônio líquido ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital.

d) Risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operação no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.

e) Risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

f) Risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

g) Risco operacional é a medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

	Controladora	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Capital de referência	11.701.894,34	11.226.992,56
(x) Fator K	18,06%	18,06%
Capital Base	**2.113.362,00**	**2.027.595,00**
Patrimônio Líquido (PL)	**107.305.011,03**	**87.710.121,79**
(-) Intangível	-	(13.804,69)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**107.305.011,03**	**87.696.317,10**
Capital Baseado em Risco (CBR)		
(+) Risco de subscrição	14.118.799,30	16.265.487,07
(+) Risco de crédito	6.291.802,34	8.962.899,33
(+) Risco operacional	6.550.244,43	7.754.893,96
(+) Risco de mercado	6.362.091,40	6.365.145,83
(-) Benefício da diversificação em riscos	(5.960.119,23)	(6.865.171,63)
	27.362.818,24	**32.483.254,57**
Suficiência exigida (PLA – CBR)	**79.942.192,79**	**55.213.062,53**

19. Contraprestações líquidas

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Contraprestações líquidas		
Individual	141.378.472,85	140.606.376,82
Coletivo	91.895.776,08	90.735.885,60
(-) Corresponsabilidade cedida	(103.230,95)	(740.126,41)
(-) Corresponsabilidade assumida	6.164.272,53	6.487.860,31
	239.335.290,51	**237.089.996,32**

ANS nº 359017

20. Eventos indenizáveis líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Eventos conhecidos ou avisados	(206.645.469,48)	(208.935.797,00)	(179.289.388,58)	(175.335.565,84)
Avisos recebidos do SUS	(193.749,54)	664.643,00	(193.749,54)	664.643,00
(-) Reversão SUS	32.026,61	-	32.026,61	-
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	9.662.083,82	9.426.089,14	9.662.084,82	9.426.089,14
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(338.234,14)	(580.645,81)	(338.234,14)	(580.645,81)
Depreciação e amortização	-	-	-	(1.055.525,88)
Depreciação direito de uso	-	-	-	(23,76)
	(197.483.342,73)	**(199.425.710,67)**	**(170.127.260,83)**	**(166.881.029,15)**

21. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora, líquida de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Prestação de serviços médico-hospitalar	10.215.742,91	10.026.311,13	49.839.893,04	9.378.575,43
Outras receitas	592.724,30	24.000,00	5.599.690,22	132.079,52
	10.808.467,21	**10.050.311,13**	**55.439.583,26**	**9.510.654,95**

22. Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Perdas efetivas	(2.020.423,45)	(3.702.200,69)
Outras despesas operacionais	(923.552,42)	(1.205.163,18)
	(2.943.975,87)	**(4.907.363,87)**

23. Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	80.597,84	(3.741.021,06)	(72.718.780,71)	(23.720.177,51)
Despesa com pessoal	-	-	-	(9.195.817,56)
	80.597,84	**(3.741.021,06)**	**(72.718.780,71)**	**(32.915.995,07)**

ANS nº 359017

24. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(5.583.350,25)	(6.460.037,14)	(5.581.527,38)	(6.460.037,14)
Serviços de terceiros	(2.845.289,85)	(3.223.599,69)	(2.845.289,85)	(3.267.245,69)
Provisão para contingências	(951.079,86)	6.658.620,09	(1.007.459,36)	7.560.392,70
Localização e funcionamento	(1.114.615,33)	(2.277.372,10)	(1.121.948,47)	(2.850.739,42)
Depreciação e amortização	(447.590,52)	(727.928,22)	(447.590,52)	(735.029,83)
Depreciação direito de uso	(191.053,68)	-	(191.053,68)	(237.635,16)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(340.932,37)	(233.440,27)	(340.932,37)	(246.281,13)
Publicidade e propaganda	(12.545,50)	(12.345,00)	(12.545,50)	(12.345,00)
Tributos	(33.303,25)	(637,53)	(33.303,25)	(637,53)
Parcelamento Refis	(1.061.752,68)	-	(1.061.752,68)	-
Outras	(308.562,22)	(866.743,24)	(484.334,16)	(866.743,24)
	(12.890.075,51)	**(7.143.483,10)**	**(13.127.737,22)**	**(7.116.301,44)**

25. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Receitas com aplicações financeiras	7.945.350,68	2.839.770,64	8.254.416,79	2.841.082,00
Variação monetária ativa	1.910.383,12	468.300,43	2.438.207,74	686.192,07
Juros recebidos	816.798,44	4.435.643,33	952.894,68	4.648.978,45
Descontos obtidos	18.657,97	101.208,49	68.200,12	153.974,23
Outras receitas	207.377,63	185.734,75	207.377,63	185.734,75
Subtotal	**10.898.567,84**	**8.030.657,64**	**11.921.096,96**	**8.515.961,50**
Despesas financeiras				
Juros arrendamento mercantil	(116.965,00)	(132.370,97)	(254.429,56)	(132.378,63)
Variação monetária passiva	(279.530,93)	(140.043,44)	(347.178,25)	(153.389,01)
Ajuste variação cambial	-	(41.065,68)	-	(41.065,68)
Tarifas bancárias	(524.692,79)	(462.169,30)	(463.013,54)	(510.684,98)
Multas e juros	(2.969,56)	(5.478,14)	(6.627,73)	(13.493,69)
Descontos concedidos	(79.942,95)	(140.863,94)	(79.942,99)	(140.864,95)
Parcelamento Ressus-Refis	(55.964,84)	-	(55.964,84)	-
Outras despesas	(132.424,05)	(2.694,60)	(132.424,05)	(49.469,23)
Subtotal	**(1.192.490,12)**	**(924.686,07)**	**(1.339.580,96)**	**(1.041.346,17)**
Resultado financeiro líquido	**9.706.077,72**	**7.105.971,57**	**10.581.516,00**	**7.474.615,33**

26. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023
Receitas patrimoniais				
Receita de equivalência patrimonial	4.519.158,66	5.933.676,41	-	-
Subtotal	**4.519.158,66**	**5.933.676,41**	**-**	**-**
Despesas patrimoniais				
Despesa de equivalência patrimonial	(9.997.710,28)	(2.233.803,88)	-	-
Outras despesas patrimoniais	50.265,40	(2.159,99)	50.268,58	(2.159,99)
Subtotal	**(9.947.444,88)**	**(2.235.963,87)**	**50.268,58**	**(2.159,99)**
Resultado patrimonial líquido	**(5.428.286,22)**	**3.697.712,54**	**50.268,58**	**(2.159,99)**

ANS nº 359017

27. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	-	-	805.954,63	685.933,18	12.972.177,91	13.042.663,00	12.983.417,88	13.024.885,19
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	-	-	-	-	-	-	2.450.719,29	2.163.026,03
Hospital São Lucas S.A.	-	-	-	2.809.920,10	-	-	27.079.273,23	32.544.682,18
Clinipam – Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	-	-	-	-	-	575,19	196,33	138,00
Hospital do Coração Balneário Camboriú Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	190,90
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	-	-	-	-	-	-	373,90	5.091,58
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	-	-	-	5.563,37	-	-	326,52	7.732,23
IMESA – Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	-	-	-	-	-	-	-	353,00
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	-	-	-	-	-	-	3.658,84	-
Venda de serviços relacionados e não relacionados com planos de assistência à saúde (i)	**-**	**-**	**805.954,63**	**3.501.416,65**	**12.972.177,91**	**13.043.238,19**	**42.517.965,99**	**47.746.099,11**

28. Conciliação entre resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais

Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresentamos a conciliação entre o resultado líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	Controladora	
	31 de dezembro de	
	2024	2023
Resultado líquido do exercício	**21.622.029,79**	**27.628.486,00**
Equivalência patrimonial	5.478.551,82	(3.488.634,00)
Depreciação e amortização	638.644,20	727.928,00
Receitas com aplicações financeiras	(6.352.137,02)	-
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(69.812,48)	(1.195.572,00)
Perda efetiva com créditos de liquidação duvidosa	2.020.423,45	-
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	1.152.958,51	-
Atualização monetária - depósito judicial	(32.488,34)	-
Atualização monetária – provisão para ações judiciais	32.488,34	-
Variação das provisões técnicas	338.234,00	
Provisões para ações judiciais	951.079,86	(4.889.987,00)
Juros sobre arrendamentos	116.965,00	-
Outros	(719,71)	522.995,00
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(9.874.530,99)	-
(Aumento)/redução dos ativos operacionais	68.473.142,42	(30.350.896,00)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	(18.437.659,51)	1.162.849,00
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**66.057.169,34**	**(9.882.831,00)**

* * *

Fernando Miguel Augusto
Diretor de Contabilidade

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
Gerente Contábil – Demonstrações Financeiras

Júlio Cesar Bachi Jardim
Contador
CRC SP 1SP 165217/O-0